IMPÔSTO DO SÊLO — ISENÇÃO — O.N.U.

— As agências ou representações da Organização das Nações Unidas gozam de isenção do imposto do sêlo.

— Interpretação da Lei n.º 4.505, de 30 de novembro de 1964.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

PROCESSO Nº 176.548

PARECER

Nº STT 241/65 — A Junta de Assistência Técnica e Fundo Especial das Nações

Unidas, alegando que lhe foi outorgada a isenção do imposto do sêlo através do art. 28, letra “d” da Lei nº 4.505-64 e que o § 1º, do artigo 5º, dessa mesma lei, tor-

na inoperante essa isenção, por isso que as partes com quem contrata não aceitam de modo algum a transposição do ônus, solicita o pronunciamento deste Departamento.

A exponente, como parte que é da Organização das Nações Unidas, tem os direitos e obrigações constantes da Convenção sobre Privilégios e imunidades das Nações Unidas, adotada em Londres, aprovada a 13-2-1943 pelo Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 4) e promulgada a 16-2-1950 pelo Senhor Presidente da República (Decreto nº 27.784-50).

No artigo II, seção 7, dessa Convenção, estabeleceram os Estados signatários, que

A Organização das Nações Unidas, seus haveres, benefícios outros bens, serão:

a) isentos de qualquer imposto direto. Fica, todavia, entendido que a Organização não poderá solicitar isenção de impostos que não sejam mais do que uma simples remuneração dos serviços de utilidade pública;

b) isentos de qualquer direito de alfândega, proibição ou restrição de importação ou exportação pela Organização das Nações Unidas, para seu uso oficial. Fica entendido, todavia, que os artigos importados com franquia não serão vendidos no território do país em que foram introduzidos a menos que o sejam de acordo com condições estabelecidas pelo governo desse país;

c) isentos de todo direito de alfândega e de toda proibição ou restrição de importação e exportação para suas publicações.

Dispondo a respeito, a Lei número... 4.505, de 30-11-1964, estabelece no seu art. 28, nº I, que são isentos de imposto do selo as seguintes entidades nacionais e estrangeiras:

- a)
- b)
- c)

d) agências e representações no país de organismos internacionais de que seja

membro o Brasil, por força de tratados ou convênios ratificados pelo Congresso Nacional.

Não há dúvida, pois que a exponente goza da isenção do imposto do selo, por força da Lei nº 4.505-64 e não da convenção, atendendo as restrições que lhe foram impostas por seus signatários. Esclarecemos: deu-se-lhe, na lei mais do que previsto na Convenção.

Essa isenção, porém, está condicionada à regra estabelecida no § 1º do art. 5º, da mesma lei, segundo a qual "se algum dos responsáveis gozar de isenção, o ônus do imposto recairá sobre os demais". E essa regra, por se emanar da lei, só por outra lei pode ser dispensada como preconiza Seabra Fagundes em sua obra "O Controle dos Atos Administrativos" (3ª edição, nota 51, pág. 13), *verbis*.

... Todas as atividades da Administração Pública são limitadas pela subordinação à ordem jurídica, ou seja à legalidade. O procedimento administrativo não tem existência jurídica se lhe falta, como fonte primária, um texto de lei. Mas não basta que tenha sempre por fonte a lei. É preciso, ainda, que se exerça segundo a orientação dela e dentro dos limites nela traçados. Só assim o procedimento da Administração é legítimo. Qualquer medida que tome o Poder Administrativo, sem preceito de lei que a autorize, ou excedendo o âmbito de permissão da lei, será injurídica. Essa integral submissão da Administração Pública à lei, constitui o denominado princípio de legalidade, aceito universalmente e é uma consequência do sistema de legislação escrita e da própria natureza da função administrativa. O direito escrito, tendo a sua mais forte razão de ser, na necessidade de excluir o arbítrio no desenvolvimento das relações sociais, pressupõe, necessariamente, limitação de atividades, segundo os textos. Onde há lei escrita, não pode haver arbítrio. Por outro lado sendo a função administrativa, que constitui o objeto das atividades da Pública Administração, essencialmente realizadora do direito, não se pode compreender seja exer-

cida sem que haja texto legal autorizando-a, o além dos limites dêstes”.

Quanto à inoperância da isenção aliada ao texto que ordena a transferência do ônus do imposto (§ 1º, art. 5º da Lei nº 4.505-64), observamos que o argumento se alinha e harmoniza com as lições de Cunha Melo (Rev. Dir. Administrativo, vol. 14, págs. 467-480) e Aliomar Baleeiro, que a respeito assim se expressa:

“Os regulamentos da União estabeleciam que, quando um dos contratantes gozasse da isenção o selo seria cobrado do outro. Em consequência, os preços das concorrências computavam os selos como parcela de custo, malogrando-se a imunidade recíproca” (Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar, 2ª edição, nota 32),

Entendemos que os bancos e empresas de seguro mencionados pelo expoente, estão obrigados ao pagamento do imposto do selo, *ex vi* do § 2º do art. 5º e artigos 7º e 8º, incisos I e III, da Lei nº 4.505, citada. Mas se o encargo lhes tocasse por força do § 1º do art. 5º, certamente poderiam convencionar que a exponente o pagasse, porque “ninguém pode ser obrigado a fazer

ou deixar alguma coisa senão em virtude da lei” (art. 141, § 2º, Carta Magna) e não há lei alguma que lhes impeça essa convenção. Se existissem a norma legal proibitiva e a multa correspondente, essa norma seria respeitada, porque não vale a convenção contra direito expresso.

Concluindo, opinamos por que se esclareça estar mantida a isenção do imposto do selo condicionada à regra estabelecida pelo § 1º do artigo 5º, da Lei nº 4.505-64, podendo a requerente recorrer aos órgãos judicantes, para assegurá-la, no caso se qualquer lesão ao seu direito.

STT, em 9 de setembro de 1965. — *José Francisco de Paiva Pinheiro*, Agente Fiscal de Rendas Internas.

De acordo.

Concordo. A consideração do Sr. Diretor. Aprovo o parecer da STT.

Dê-se ciência, por ofício, remetendo-se cópia.

Publique-se e em seguida archive-se.

D.R.I., 15 de setembro de 1965. — *Júlio Barbieri*, Diretor.